

Governo faz consultas e Figueiredo só aprova pacote econômico amanhã

O presidente Figueiredo só deverá aprovar o "pacote" econômico contendo medidas de ajustamento da economia e combate ao déficit público a partir de amanhã, segundo previsão feita ontem pelo porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Atila, já que o chefe do Governo passa hoje o dia no Rio, de onde só retornará amanhã, chegando a Brasília por volta das 13 horas.

O presidente Figueiredo deixou ontem o Palácio do Planalto às 18 horas, sem que o chamado "pacote" estivesse pronto para receber uma redação final, em termos jurídicos. O porta-voz do Planalto considerou muito pouco provável que o ministro Delfim Netto viaje ao Rio para tratar do assunto com o presidente Figueiredo, mas admitiu que o chefe do Planejamento possa comparecer amanhã à tarde à Granja do Torto para que a papelada seja assinada. Figueiredo ao retornar do Rio deverá ir direto para casa.

O presidente Figueiredo já examinou previamente o conjunto de medidas, na reunião que manteve ontem às 9 horas com os "ministros da Casa", quando Delfim Netto fez uma longa explanação do assunto.

Em função do atraso na redação das medidas, deverá ficar para a semana que vem a reunião do Conselho Monetário que tratará dos desdobramentos do "pacote". Durante toda a tarde de ontem o ministro do Planejamento esteve reunido sucessivamente com vários assessores de toda a área econômica e com o seu colega da Fazenda, Ernane Galvães.

CONSULTAS

Dentro do leque de consultas, amplamente aberto pelo ministro Delfim Netto, compareceram ontem ao seu gabinete no Palácio do Planalto, o ex-ministro da Fazenda, Octávio Gouveia de Bulhões e o presidente da Fundação Getúlio Vargas, Julien Chacel. Os dois recusaram-se a falar sobre a conversa e negaram que tivessem tratado das medidas que estavam sendo preparadas. O porta-voz da Presidência confirmou, no entanto, que os dois foram chamados a opinar sobre o assunto, tendo em vista a larga experiência de ambos na condução de políticas econômicas.

Octávio Bulhões não se

idiros, desindexar completamente a economia e desvincular os reajustes salariais do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) permitindo a livre negociação entre empregados e empregadores.

Octávio Bulhões também informou que apóia a idéia do ex-ministro do Planejamento e atual senador Roberto Campos, de apresentar um projeto acabando com a vinculação dos salários ao INPC, à exceção da faixa mais baixa, de um a três salários mínimos.

COMANDO

Dois fatos foram destacados, ontem, por dirigentes do PDS como de grande significação política: a decisão de Figueiredo de assumir pessoalmente o comando da economia nacional, e a ampliação das consultas, que não serão extensivas às oposições mas terminam com o processo fechado tradicionalmente praticado pela equipe econômica do Governo.

No Congresso, há falta de informações precisas e uma grande expectativa. Especulações de todos os níveis, desde uma mudança radical da política econômica, envolvendo até uma espécie de moratória interna para solucionar o problema da dívida pública até convicções de que o pacote será positivo, punindo exclusivamente o setor financeiro.

As consultas não chegaram ao Congresso. Poucos políticos, os que transitam no gabinete de Leitão de Abreu, dispõem de alguma informação. Entre eles, Nelson Marchezan, que se nega a falar sobre o conteúdo das medidas, mesmo porque elas ainda não estariam definidas.

Marchezan conversou longamente com a presidente do PTB, Ivete Vargas, e com Gastone Righi. A saída da reunião, Ivete reconheceu uma disputa interna no Governo sobre a extensão das medidas econômicas, e, com cautela, complementou: "Está se sentindo nitidamente que há uma preocupação da parte do Governo para não neutralizar o acordo com o FMI. Logicamente, o problema do FMI está sendo encarado pelos técnicos. A minha expectativa é de providências que vão tirar graxa de onde tem graxa. Isto é, do setor financeiro".

negou porém, a falar sobre os seus pontos de vista, até mesmo porque já são do conhecimento público, segundo afirmou. Bulhões disse que é favorável a "soluções radicais" para atual crise, propondo até mesmo um "tratamento de choque".

Na opinião do ex-ministro, o governo deveria simplesmente suprimir todos os sub-

Gastone Righi foi menos prudente. Em sua opinião, o Governo está caminhando para mudar "o modelo econômico concentrador/exportador pela ênfase ao mercado interno, com distribuição de renda". Ele saiu convencido da conversa com Marchezan de que não será tomada agora nenhuma medida diretamente prejudicial aos trabalhadores.